

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 532.595 - RJ (2014/0143025-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A**
AGRAVANTE : **COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO**
AGRAVANTE : **COMPANHIA PAULISTA DE COMÉRCIO MARÍTIMO**
AGRAVANTE : **LIBRA TERMINAIS S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
AGRAVANTE : **LIBRAPORT AGÊNCIA MARÍTIMA E OPERADORA PORTUÁRIA S/A**
ADVOGADOS : **MARISE CAMPOS E OUTRO(S) - RJ051913**
HENRIQUE OSWALDO MOTTA - RJ018171
AGRAVANTE : **ROSSINI BEZERRA DE ARAÚJO**
AGRAVANTE : **MARCOS VIEIRA**
ADVOGADO : **ROSSINI BEZERRA DE ARAÚJO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - RJ053089**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos, interposto por Araújo e Vieira Advogados Associados, Rossini Bezerra de Araújo e Marcos Vieira, em face da admissibilidade negativa de recurso especial por força da Súmula 7/STJ, decorrente da veiculação de pedido que importa no reexame de matéria fática. A ementa do julgado está redigida nos seguintes termos (fl. 3.766):

Apelação cível. Contratos de prestação de serviços advocatícios, rescindidos em 2004. Pretensão de cobrança de honorários sujeita ao prazo prescricional de cinco anos (artigo 25, I, Lei 8.906/94). Ação tempestivamente ajuizada. Prejudicial de prescrição rejeitada. Laudo pericial que apura, com precisão, a extensão do trabalho desenvolvido pelos contratados. Partes que ajustaram a incidência de honorários de 15%, somente na hipótese de êxito. Patamar que comporta redução para 7,5%, tendo em vista que a rescisão ocorreu no curso das execuções. Crédito somente exigível depois do levantamento das quantias pelos constituintes, conforme previsto no pacto. Importância já recebida por um dos autores - que deve ser abatida da condenação. Recurso provido em parte.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Da análise da petição de fls. 3.772/3.791, observa-se que os agravantes não rebatem, como seria de rigor, o único fundamento da decisão agravada, limitando-se a tecer considerações sobre o mérito da demanda, cujo cerne é o recebimento de honorários advocatícios pela rescisão de contrato de prestação de serviços.

Dessa forma, as razões do recurso deixaram de impugnar a incidência do óbice sumular em questão, incidindo na hipótese, por analogia, o princípio cristalizado no enunciado da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, cujo teor é o seguinte:

É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nesse sentido, entre outros:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTAÇÃO DESPROVIDA DE CONTEÚDO JURÍDICO. MERA REJEIÇÃO DO DECISUM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA 182/STJ. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ.

1. O agravante deve atacar, especificamente, os fundamentos lançados na decisão agravada, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida. (Súmula 182/STJ).

2. "De acordo com o princípio da dialeticidade, as razões recursais devem impugnar, com transparência e objetividade, os fundamentos suficientes para manter íntegro o decisum recorrido. Deficiente a fundamentação, incidem as Súmulas 182/STJ e 284/STF" (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26.11.2008).

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(Terceira Turma, AgRg no Ag 1.125.537/RS, Rel. Ministro PAULO FURTADO [Desembargador convocado do TJ/BA], DJe 10.6.2010)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA INEFICAZ. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ANALOGIA.

I - Em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser fundamentados. É necessária a impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Na hipótese, a agravante deixou de infirmar os fundamentos da decisão agravada, atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 182 do STJ.

(...)

IV - Agravo regimental não conhecido.

(Primeira Turma, AgRg no REsp 859.903/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJU de 16.10.2006)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora